



RIO | 2024
**SEMANA
FAZENDÁRIA**



PALESTRA:

Reforma Tributária e os Novos Desafios para Estados e Municípios

Eli Sòsinho Ribeiro
Presidente da COGEF

Marconi Brasil
Vice Presidente da COGEF

Rogério Zupo
Subcoordenador COGEF TI

Roteiro

- ⇒ **1. IBS/CBS**
- ⇒ **2. Comitê Gestor do IBS e Administração Tributária**
- ⇒ **3. Integração e Governança dos Grupos Temáticos – COMSEFAZ**

IBS/CBS

EC 132/23 - IBS/CBS

- **Art. 149-B.** Os tributos previstos no art. 156-A e no art. 195-V, observarão as mesmas regras em relação a:
- **I fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos;**
- **II imunidades;**
- **III regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação;**
- **IV regras de não cumulatividade e de creditamento.**

IBS

- **Art. 156-A** Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

base ampla de incidência

legislação uniforme nacional e única

cada ente fixa sua alíquota, a mesma para todas operações

será cobrado pela somatória das alíquotas do Estado e do Município

não cumulatividade plena

incidência “por fora”

sem benefícios fiscais apenas os já previstos na Constituição

resolução do Senado fixará alíquota de referência

adoção do princípio do destino apenas para a distribuição da receita

Comitê Gestor do IBS

IBS

- **Art. 156-A Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**
- § 4º Para fins de distribuição do produto da arrecadação do imposto o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços:

I - reterá montante equivalente ao saldo acumulado de créditos do imposto não compensados pelos contribuintes e não ressarcidos ao final de cada período de apuração e aos valores decorrentes do cumprimento do § 5º, VIII;

II - distribuirá o produto da arrecadação do imposto deduzida a retenção de que trata o inciso I deste parágrafo, ao ente federativo de destino das operações que não tenham gerado creditamento

IBS

- **Art. 156-A**
- **§ 5º Lei complementar disporá sobre:**

I - as regras para a distribuição do produto da arrecadação do imposto, disciplinando, entre outros aspectos

a) sua forma de cálculo;

b) o tratamento em relação às operações em que o imposto não seja recolhido tempestivamente;

c) as regras de distribuição aplicáveis aos regimes específicos e diferenciados de tributação previstos nesta Constituição;

IBS

- **Art. 156-A**
- **§ 5º Lei complementar disporá sobre:**

II - o regime de compensação, podendo estabelecer hipóteses em que o aproveitamento do crédito ficará condicionado à verificação do efetivo recolhimento do imposto incidente sobre a operação (...), desde que:

a) o adquirente possa efetuar o recolhimento do imposto incidente nas suas aquisições de bens ou serviços; ou

b) o recolhimento do imposto ocorra na liquidação financeira da Operação;

IBS

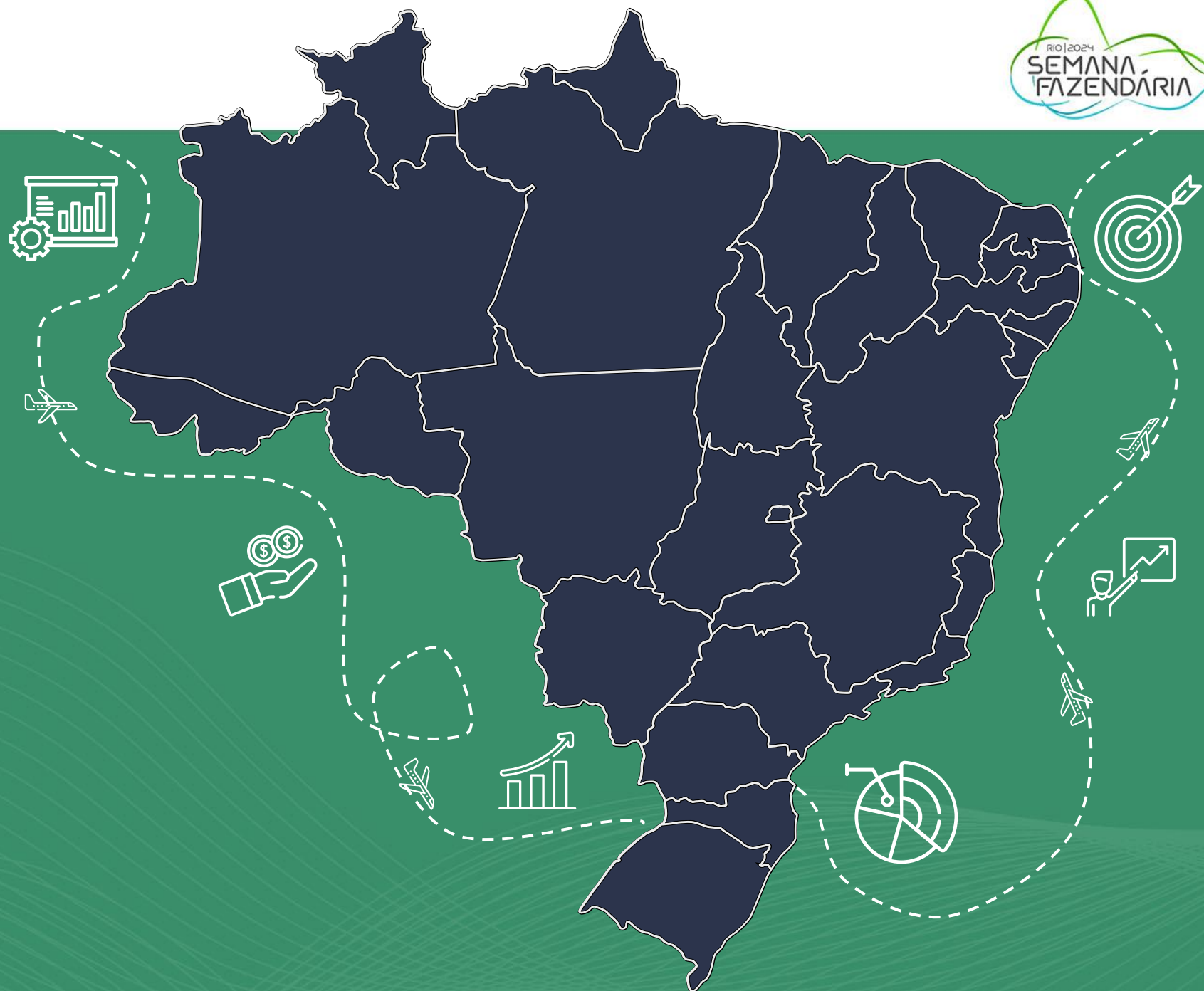
- **Art. 156-A**
- **§ 5º Lei complementar disporá sobre:**

III - a forma e o prazo para ressarcimento de créditos acumulados pelo contribuinte;

VII - o processo administrativo fiscal do imposto;

Comitê Gestor

Reforma Tributária



Comitê Gestor do IBS

Art. 156-B Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, nos termos e limites estabelecidos nesta Constituição e em lei complementar, as seguintes competências administrativas relativas ao imposto de que trata o art. 156-A:

I - editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto;

III - decidir o contencioso administrativo

II - arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios

Comitê Gestor do IBS

- **156-B**

§ 1º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Comitê Gestor do IBS

- **156-B**

§ 2º Na forma da lei complementar:

I - os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão representados, de forma paritária, na instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços;

II - será assegurada a alternância na presidência do Comitê Gestor entre o conjunto dos Estados e o Distrito Federal e o conjunto dos Municípios e o Distrito Federal;

III - o Comitê Gestor será financiado por percentual do produto da arrecadação do imposto destinado a cada ente federativo;

IV - o controle externo do Comitê Gestor será exercido pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

Comitê Gestor do IBS

- **156-B**

§ 2º Na forma da lei complementar:

V - a fiscalização, o lançamento, a cobrança, a representação administrativa e a representação judicial relativos ao imposto serão realizados, no âmbito de suas respectivas competências, pelas administrações tributárias e procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que poderão definir hipóteses de delegação ou de compartilhamento de competências, cabendo ao Comitê Gestor a coordenação dessas atividades administrativas com vistas à integração entre os entes federativos

VI - as competências exclusivas das carreiras da administração tributária e das procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão exercidas, no Comitê Gestor e na representação deste, por servidores das referidas carreiras

VII - serão estabelecidas a estrutura e a gestão do Comitê Gestor, cabendo ao regimento interno dispor sobre sua organização e funcionamento

Comitê Gestor do IBS

- **156-B**

§ 3º A participação dos entes federativos na instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços observará a seguinte composição:

I - 27 (vinte e sete) membros, representando cada Estado e o Distrito Federal;

II - 27 (vinte e sete) membros, representando o conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, que serão eleitos nos seguintes termos:

a) 14 (quatorze) representantes, com base nos votos de cada Município, com valor igual para; todos e

b) 13 (treze) representantes, com base nos votos de cada Município ponderados pelas respectivas populações.

Comitê Gestor do IBS

- **156-B**

§ 4 ° As deliberações no âmbito do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços serão consideradas aprovadas se obtiverem, cumulativamente, os votos:

I - em relação ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal:

a) da maioria absoluta de seus representantes; e

b) de representantes dos Estados e do Distrito Federal que correspondam a mais de 50% (cinquenta por cento) da população do País; e

II em relação ao conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes.

Comitê Gestor do IBS

- **156-B**

§ 5º O Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços deverá ter notórios conhecimentos de administração tributária

§ 6º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, a administração tributária da União e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional compartilharão informações fiscais relacionadas aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, e atuarão com vistas a harmonizar normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos a eles relativos

§ 7º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços e a administração tributária da União poderão implementar soluções integradas para a administração e cobrança dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V.

§ 8º Lei complementar poderá prever a integração do contencioso administrativo relativo aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V.

Integração e Governança dos Grupos Temáticos – COMSEFAZ

Integração e Governança dos Grupos Temáticos - COMSEFAZ

• ENCAT – Administração Tributária



Modelo Operacional do IBS

- Modelagem técnica
- Estrutura de Governança



Ambiente operacional

- Fluxo dos documentos fiscais eletrônicos
 - Fluxo da arrecadação
 - Cadastro
 - Fluxo sistêmico
- Armazenagem das informações
- Desenvolvimento de soluções

Integração e Governança dos Grupos Temáticos - COMSEFAZ

- **GEFIN – Administração Financeira**



Modelo de distribuição do fluxo financeiro

- Tesouraria
- Distribuição da Arrecadação do IBS para Estados e Municípios
- Contabilidade e Orçamento

Integração e Governança dos Grupos Temáticos - COMSEFAZ

- **GDFAZ**



- Trilhas de aprendizagem
- Fluxo e instrumentos de divulgação interna e externa acerca da mudança provocada pela reforma tributária para servidores e sociedade.

Integração e Governança dos Grupos Temáticos - COMSEFAZ

• **COGEF**



- Articular, promover e compartilhar soluções técnicas adotadas pelos Estados e Municípios para adaptação ao IBS



- Através da COGEF TI participar das discussões técnicas do modelo operacional e da distribuição dos recursos



- Contribuir nas discussões do modelo de governança a ser implementado no Comitê Gestor



- Alinhar o Profisco III às questões que envolvem sustentabilidade ambiental, fiscal e econômica

PLP 68/2024

- **Regramento do IBS E CBS**

Está no Senado em Regime de urgência. Institui o Imposto obre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) e dá outras providências. Até hoje possui 1.220 emendas. A SERT afirmou, em nota técnica, que a alíquota referência ficará em média 27,97%, num intervalo de 27,94% e 27,99%.

PLP 108/2024

- **Trata do Comitê Gestor e Contencioso**

Está na Câmara dos Deputados. Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços – CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do IBS, sobre a distribuição, para os entes federativos, do produto da arrecadação do IBS e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e doação de quaisquer bens ou direitos – ITCMD – e dá outras providências.

“

O momento requer muita atenção no congresso para que se preserve o que sobrou da autonomia dos estados e como ficarão suas finanças e a

Administração tributária

”

Obrigado!

Eli Sòsinho Ribeiro
Presidente da COGEF

Marconi Brasil
Vice Presidente da COGEF

Rogério Zupo
Subcoordenador COGEF TI

